

A proposta aos credores

* 9 JUN 1987

por Claudia Safatle
do Rio

O governo brasileiro informou ao comitê de bancos credores, na última sexta-feira, que aceita compor as garantias iniciais ("enhancements") de até US\$ 3,2 bilhões para a renegociação da dívida externa, sendo metade em reservas cambiais brasileiras e a outra metade dividida entre o Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e "new money" (dinheiro novo) das instituições privadas.

Esse foi um dos pontos da contraproposta apresentada pelo negociador da dívida externa, Pedro Malan, ao comitê de bancos, em Nova York, e o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, adiantou a este jornal, ontem, que a negociação da dívida com os bancos privados entra, assim, na "reta prefinal".

O governo brasileiro con-

cordou, também, em integralizar, parceladamente, o restante das garantias reivindicadas pelos credores, no período de dois anos, abarcando amortizações e até doze meses de juros.

Com essas duas questões resolvidas, estaria superada uma das partes mais polêmicas para o fechamento do acordo de refinanciamento da dívida externa de cerca de US\$ 42 bilhões com os bancos privados: a concessão das garantias.

"Nós dissemos que cobriremos o montante das garantias que eles levantarem", disse o ministro. Com as conversas que manteve, nos últimos dias, com a direção do BID, do BIRD e do FMI, estaria praticamente acertado que essas instituições comparecerão com um valor entre US\$ 350 milhões e US\$ 450 milhões cada além do "new money" (ver ao lado).

O primeiro "feed back" a essa nova oferta, recebido pelo ministro, a partir do comitê de bancos, foi de

que a contraproposta "é digna de ser estudada, representa um avanço, mas eles sempre acham que é insuficiente".

Ontem à noite o diretor da área externa do Banco Central, Arminio Fraga, embarcou para Nova York para, junto com Malan, montar a engenharia financeira da negociação. "Não foi usada ainda por nenhum País que fechou a negociação com os bancos credores", lembrou o ministro da Economia.

Outro ponto refere-se a "uma escolha equilibrada entre os seis instrumentos" (os diferentes bônus que serão trocados pela dívida velha). Para isso, o governo brasileiro sugeriu que sejam estabelecidas faixas máximas e mínimas para cada um dos instrumentos que estarão à escolha dos credores. "Isso é necessário por causa do impacto fiscal que as escolhas podem gerar", explicou Marcílio.

Embora o ministro da Economia considere a atual fase da negociação da dívida externa como "reta prefinal", ainda não está decidido se o governo brasileiro e o comitê de bancos credores chegarão a um acordo em torno de um "term sheet", que representaria já um precontrato com base legal, ou se ainda ficará amparado num "head of agreement" — um acordo contendo apenas princípios gerais.

Essa última alternativa foi aplicada na negociação com a Argentina, por escolha do comitê de bancos credores, que, contudo, ainda não atingiu a fase de

um "term sheet". Ou seja, de fato a negociação da dívida externa da Argentina está, por enquanto, na base das "grandes linhas". "Nós preferimos ser um 'term sheet'", adiantou o ministro da Economia, sem, no entanto, esclarecer o que exatamente separa uma hipótese da outra no caso brasileiro.

Outro aspecto já acordado da renegociação da dívida brasileira refere-se ao pagamento dos juros atrasados acumulados entre 1991 e 1992 (quando foram e estão sendo pagos 30% dos juros que vencem a cada mês). Segundo o ministro, esses atrasados serão pagos com bônus (semelhantes aos "Jorio's bonds" — os bônus acertados pelo negociador da dívida externa na época da equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, Jório Dauster), mas com prazos de resgate inferiores aos demais instrumentos do cardápio da negociação em curso.

(Ver páginas 21 e 22)